

# UM REENCONTRO COM CELSO FURTADO E FERNANDO HENRIQUE CARDOSO: DESENVOLVIMENTO, SUBDESENVOLVIMENTO E DEPENDÊNCIA

Márcia Naiar Cerdote Pedroso<sup>1</sup>

## Resumo:

O presente estudo busca realizar um reencontro das ideias de Celso Furtado e Fernando Henrique Cardoso no que se refere as suas interpretações sobre o desenvolvimento, o subdesenvolvimento e as questões da dependência nos países periféricos. Ambos os autores ressaltam a importância da consideração do processo histórico para compreender a dinâmica do subdesenvolvimento e as possibilidades e condições para o desenvolvimento. No entanto, partem de abordagens teórico-metodológicas diferentes. Furtado segue o método estruturalista, focado numa perspectiva mais macro para demonstrar o dualismo estrutural “centro” *versus* “periféria”, enquanto Cardoso prioriza a análise da interação entre grupos e classes sociais, valendo-se do arcabouço teórico marxista e weberiano. Para Furtado, a dependência tende a aprofundar a situação de subdesenvolvimento. Para Cardoso, a dependência não exclui e não colide com as possibilidades de desenvolvimento nas economias dependentes.

**Palavras chaves:** Desenvolvimento Econômico; Subdesenvolvimento; Dependência.

## Abstract:

The present study seeks hold a meeting the ideas of Celso Furtado and Fernando Henrique Cardoso regarding their interpretations of development, underdevelopment and the issues of dependency in peripheral countries. Both authors emphasize the importance of considering the historical process to understand the dynamics of underdevelopment and the possibilities and conditions for development. However, they start from different theoretical and methodological approaches. Furtado follows the structuralist method, focused on a more macro perspective to demonstrate the structural dualism "center" versus "periphery", while Cardoso prioritizes the analysis of the interaction between groups and social classes, using the Marxist and Weberian theoretical framework. For Furtado, dependency tends to deepen the situation of underdevelopment. For Cardoso, dependency does not exclude and does not conflict with the possibilities of development in dependent economies.

**Keywords:** Economic Development; Underdevelopment; Dependence.

## Introdução

Ao longo do tempo, são inúmeras as visões e os debates estabelecidos em torno da problemática do subdesenvolvimento econômico e suas formas de superação. A teoria convencional entendia que o problema do subdesenvolvimento se refletia apenas como a entrada tardia de certos países no processo de modernização, onde a desigualdade entre os países seria superada no momento em que os países atrasados encontrassem o caminho do desenvolvimento por meio do capitalismo liberal-utilitarista. Em contrapartida, na primeira metade do século XX, reforçaram-se as concepções que

---

<sup>1</sup> Técnica Administrativa em Educação da UFSM. Economista. Mestre em Economia do Desenvolvimento – UNIJUÍ-RS. Doutoranda em Economia do Desenvolvimento – Faculdade de Ciências Econômicas - UFRGS.

recusavam a lógica de que o subdesenvolvimento, o atraso e a pobreza seriam apenas o resultado de defasagem temporal. Desta forma, na América Latina, se produziu um conjunto de estudos que possibilitaram a construção de uma teoria do desenvolvimento econômico, visando a compreensão e a superação do subdesenvolvimento dos países da região. A CEPAL (Comissão Econômica para a América Latina), criada em 1948, pode ser considerada a síntese deste processo.

Comprometidos com tal anseio é que se desenvolvem as pesquisas e as elaborações teóricas de Celso Furtado e Fernando Henrique Cardoso. Furtado, economista, importante membro da CEPAL, baseava-se no pensamento da escola estruturalista surgida na metade dos anos de 1950. Suas ideias são perseguidas por um rico ecletismo teórico que vão desde a concepção sociológica, marxista, keynesiana até as influências marcantes de Schumpeter, List, Prebisch e Myrdal. Cardoso, sociólogo, traz uma frente teórica mais enxuta, baseada fundamentalmente nas influências marxistas e weberianas. No entanto, são apenas maneiras distintas que visam avaliar o mesmo fenômeno, qual seja, a preocupação com o desenvolvimento/subdesenvolvimento da América Latina e do Brasil numa mesma época.

O presente artigo objetiva discutir as principais ideias e interpretações de Celso Furtado e Fernando Henrique Cardoso à cerca da temática do desenvolvimento, subdesenvolvimento e, conseqüentemente, a questão da dependência dos países subdesenvolvidos. Com esse propósito, a primeira seção irá tratar rapidamente das elaborações teóricas em torno do desenvolvimento e do subdesenvolvimento. A segunda seção busca mostrar as formulações sobre as características e as especificidades do desenvolvimento e do subdesenvolvimento na perspectiva dos referidos autores. A terceira seção visa explicar as principais ideias e as divergências entre Furtado e Cardoso no que diz respeito à dependência e sua relação com o desenvolvimento econômico. Por fim, nas considerações finais se estabelece a síntese das teorias dos dois autores.

## **1. As elaborações teóricas à cerca do desenvolvimento e do subdesenvolvimento**

O termo desenvolvimento até a Segunda Guerra Mundial era geralmente concebido como sinônimo de crescimento econômico (incrementos na *renda per capita*

e/ou no PIB). Não havia muita diferença conceitual entre a teoria do crescimento e a teoria do desenvolvimento. Pelo contrário, ambas possuíam objetivos semelhantes (entender a dinâmica capitalista e identificar os principais condicionantes do crescimento econômico) e provinham da mesma matriz teórica neoclássica, schumpeteriana e keynesiana, que se entrecruzavam na metade do século XX. Foi, então, a partir do Segundo Pós-Guerra, num contexto em que as economias nacionais passaram a funcionar num esforço para reerguer-se economicamente, assegurando-se num alto grau de intervencionismo, que o debate sobre o desenvolvimento econômico passou a ganhar espaços no meio acadêmico e de formulações de políticas.

A difusão dos estudos de Prebisch, Nurkse, Singer, Furtado, Rostow, Lewis, entre outros, marcaram o início de uma rebuscada abordagem em torno da conceituação e formulação do significado e sentido do termo desenvolvimento. Aqui, a conotação do desenvolvimento, para além da expansão do produto e da renda, passou a levar em conta também “a subsequente distribuição do produto entre as classes e sua simetria com a melhoria das condições de vida da coletividade”, ou, melhor dizendo, “faltava incorporar à noção de crescimento econômico (vista como desenvolvimento) as mudanças sociais concomitantes ou que deveriam fazer-se acompanhar do crescimento do produto total” (ALMEIDA, 2009, p.17).

Acompanhando as abordagens e discussões em torno do desenvolvimento, toma fôlego as reflexões à cerca da temática do subdesenvolvimento. Até então, as teorias do subdesenvolvimento basicamente se conformavam com a ideia do enfoque faseológico do desenvolvimento, ligada a ideia de etapismo<sup>2</sup>. Com a devastação provocada pela guerra, em que alguns países cresciam de forma acelerada enquanto outros permaneciam estacionários, é que a busca pela compreensão das raízes do subdesenvolvimento toma amplitude. Somados aos teóricos supracitados, acrescenta-se vários outros estudiosos que se debruçaram em vastos estudos sobre o tema, dentre esses: Rosenstein-Rodan, Baran, Nurkse, Kuznetz, Frank, Myrdal, Hirschman, Viner, Eckhaus e Touraine (AGARGAWA; SINGH, 2010). Esses estudiosos de diferentes

---

<sup>2</sup> Conforme explica Almeida (2009), o enfoque faseológico e etapista foi tema de vários estudiosos que traziam diferentes definições. Adam Smith em *A Riqueza das Nações* descreve que a economia persegue uma sequência de fases, compreendidas pelas etapas: a caça, a criação, a agricultura, o comércio e a indústria. Por outro lado, Friedrich List (1844) observou a evolução das nações a partir da escravidão à atividade pastoril, passando pela agricultura, manufatura e comércio. Posteriormente, Karl Marx com sua teoria da evolução histórica da humanidade compreendeu que a evolução da atividade econômica teria passado por quatro fases: o comunismo primitivo, a escravidão, o feudalismo e, por fim, o capitalismo.

matrizes teóricas possuem em comum o fato de se afastarem da ortodoxia dominante, que não reconhece em suas análises as especificidades históricas das economias periféricas.

Na América Latina, a compreensão sobre desenvolvimento e subdesenvolvimento já existia antes mesmo do episódio da Segunda Guerra. No entanto, foi com o surgimento da Comissão Econômica para a América Latina (CEPAL)<sup>3</sup> que a noção de desenvolvimento tomou amplitude, aprofundamento e consolidação na região. As discussões em torno da ruptura do modelo primário-exportador e a defesa da industrialização que já tomava espaços no meio político e empresarial desde meados do século XIX, e de forma mais ativa nas primeiras décadas do século XX<sup>4</sup>, se dissemina na América latina e, de forma notável, no Brasil com o surgimento da CEPAL.

As ideias da CEPAL partiam da crítica da teoria tradicional da divisão internacional do trabalho e do comércio internacional pelo qual os países centrais produziam produtos industrializados, cabendo aos países periféricos produzirem e exportarem produtos primários. A visão clássica do pensamento cepalino circulava, conforme destaca Devés-Valdés (2000), em torno da problemática da industrialização, produzindo uma sistematização teórica original a partir de conceitos como deterioração dos termos de intercâmbio, relação centro-periferia, desenvolvimento para dentro, substituição de importações, planejamento e programação econômica. No hall destas elaborações circularam intelectuais que marcaram o pensamento econômico latino-americano entre eles, Raúl Prebisch, Osvaldo Sunkel, José Medina Echavarría, Juan F. Novola Vásquez, Anibal Pinto, Maria da Conceição Tavares e Celso Furtado. É dessa matriz teórica cepalina que partem as formulações sobre as características e as especificidades do desenvolvimento e do subdesenvolvimento na perspectiva de Celso Furtado e Fernando Henrique Cardoso.

---

<sup>3</sup> A Comissão Econômica para a América Latina (CEPAL) foi estabelecida pela resolução 106 (VI) do Conselho Econômico e Social, de 25 de fevereiro de 1948, e começou a funcionar nesse mesmo ano. Mediante a resolução 1984/67, de 27 de julho de 1984, o Conselho decidiu que a Comissão passaria a se chamar Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe. A CEPAL é uma das cinco comissões regionais das Nações Unidas, sua sede se localiza em Santiago do Chile. Foi fundada para contribuir ao desenvolvimento econômico da América Latina, coordenar as ações encaminhadas à sua promoção e reforçar as relações econômicas dos países entre si e com as outras nações do mundo.

<sup>4</sup> Ver sobre “As Ideias Cepalinas antes da CEPAL” em: FONSECA (2000).

## **2. O desenvolvimento e o subdesenvolvimento em Celso Furtado e Fernando Henrique Cardoso**

As noções do desenvolvimento econômico de Celso Furtado, desde os seus primeiros trabalhos, apontavam as limitações da visão convencional em relação à temática. Porém, foi nas obras *Formação Econômica do Brasil* (1959) e *Desenvolvimento e Subdesenvolvimento* (1961) que o economista cepalino produziu uma síntese conceitual à cerca do subdesenvolvimento brasileiro. Para além de uma Teoria do Desenvolvimento que avalia o subdesenvolvimento no Brasil, formulou uma teoria sobre o fenômeno da expansão do capitalismo e sua inserção nas sociedades periféricas.

Para Furtado (1965, p.172), o advento de um núcleo industrial dinâmico na Europa, no último decênio do século XVIII, representou uma reconfiguração da economia mundial que passou a “condicionar o desenvolvimento econômico subsequente em quase todas as regiões da terra”. A partir da nova ordem estabelecida, as linhas de expansões do capitalismo seguiram três direções: a primeira foi a Revolução Industrial na Europa; a segunda foi o deslocamento da mão de obra, capital e técnica para regiões com mão de obra e terras desocupadas (Canadá, Estados Unidos, Austrália), preservando o modo de produção do capitalismo moderno; e a terceira deu-se em direção a regiões já ocupadas, com estruturas pré-capitalistas e dependentes, criando-se estruturas híbridas, nas quais uma parte tendia a comporta-se como um sistema capitalista (baseado na maximização do lucro e da adoção de formas modernas de consumo), enquanto a outra parte mantinha-se dentro das estruturas preexistentes (baseadas em largas faixas de economia de subsistência). Essa terceira forma de expansão do capitalismo é o que constitui a economia dualista, assim denominada por Furtado (1965), e que irá caracterizar o subdesenvolvimento.

Essa ideia visualiza o subdesenvolvimento não como um estágio ou uma etapa anterior ao processo de desenvolvimento, pela qual teriam passado necessariamente as economias que alcançaram um nível superior de desenvolvimento. Furtado (1965) observou o subdesenvolvimento como um processo particular resultante da expansão das economias desenvolvidas a fim de utilizar mão de obra e recursos naturais de economias pré-capitalistas, apresentando-se como um processo autônomo. Segundo essa concepção, a dinâmica capitalista ocasiona um desenvolvimento econômico

desigual em razão do conjunto de fatores e recursos se apresentarem de forma diversa em cada parte do mundo.

Na interpretação de Celso Furtado, o desenvolvimento compreende a ideia de crescimento superando-a, uma vez que o crescimento depende do aumento da produção e do fluxo da renda. Por sua vez, para que ocorra o desenvolvimento é necessário que tais aumentos sejam capazes de repercutir positivamente na esfera social. Em sua obra *Teoria e Política do Desenvolvimento Econômico*, publicada em 1967, é aprofundada a conceituação sobre o desenvolvimento econômico. Nela fica exposta, de forma contundente, a preocupação de Furtado (1971) com a problemática. Ele mostra que desenvolvimento é o crescimento de um conjunto de estrutura complexa, não compreendendo apenas o nível tecnológico, mas também a diversidade das formas sociais e econômicas resultantes da divisão do trabalho social, devendo satisfazer as necessidades de uma coletividade. Enquanto que crescimento é um conjunto econômico de estruturas mais simples, no qual a demanda não é autocriada, devendo ser reservado para exprimir a expansão da produção real no quadro de um subconjunto econômico, o que não implica, necessariamente, modificações nas funções de produção.

Nas palavras de Furtado (1971, p.85),

[...] o desenvolvimento tem lugar mediante aumento da produtividade ao nível do conjunto econômico complexo. Esse aumento da produtividade (e da renda per capita) é determinado por fenômenos de crescimento que têm lugar em subconjuntos, ou setores, particulares. As modificações de estrutura são transformações nas relações e proporções internas do sistema econômico, as quais tem como causa básica modificações nas formas de produção, mas que não poderiam concretizar sem modificações na forma de distribuição e utilização da renda. O aumento da produtividade física com respeito ao conjunto da força de trabalho de um sistema econômico somente é possível mediante a introdução de formas mais eficazes de utilização dos recursos, as quais implicam seja acumulação de capital, seja inovações tecnológicas, ou mais corretamente a ação conjugada desses fatores. Por outro lado, a realocação dos recursos que acompanha o fluxo da renda é condicionada pela composição da procura, que é expressão do sistema de valores da coletividade. Desta forma, o desenvolvimento é ao mesmo tempo um problema de acumulação e progresso técnico, e um problema de expressão dos valores de uma coletividade.

Aqui, Furtado amplia a conceituação de desenvolvimento, indo além das proposições clássicas. Amplia também a própria visão de economia, fazendo, conforme a marca de seus próprios escritos anteriores e posteriores, um diálogo sociológico com a noção de cultura expressa na ideia do desenvolvimento como algo ligado a “expressão

de valores de uma coletividade”. Para além do economista Celso Furtado se apresenta o cientista social, o intérprete, Celso Furtado.

A temática do desenvolvimento também será objeto de análise nas obras do sociólogo Fernando Henrique Cardoso desde seus ensaios na década de 50 e 60<sup>5</sup>, sobretudo, na obra escrita em parceria com o chileno Enzo Faletto, *Dependência e Desenvolvimento na América Latina*, publicada pela primeira vez em espanhol em 1969. Enquanto boa parte dos intelectuais fazia um balanço da realidade brasileira em debates que giravam em torno das estratégias da Revolução e dos equívocos nas análises realizadas em meio ao processo que culminou no golpe de 1964, Cardoso se atinha as relações entre desenvolvimento, subdesenvolvimento e dependência. Em uma postura crítica às posições tanto da CEPAL, quanto dos intelectuais que na pré-Ditadura Civil-Militar se agrupavam no chamado Grupo de Brasília<sup>6</sup>, elaborou, com a contribuição do Enzo Faletto, a chamada Teoria da Dependência.

No estudo realizado com Faletto, Cardoso consagra a sua teoria sobre o desenvolvimento e as problemáticas do subdesenvolvimento. A ideia central de desenvolvimento está calcada na premissa de que o processo de desenvolvimento está associado a tipos de dominação e processos sociais que não são meramente econômicos. Por isso, os autores defendem que é preciso que se tenha uma visão mais global do desenvolvimento para compreender essas peculiaridades:

Para a análise global do desenvolvimento não é suficiente, entretanto, agregar ao conhecimento dos condicionantes estruturais a compreensão dos “fatores sociais”, entendidos estes como novas variáveis de tipo estrutural. Para adquirir significação, tal análise requer um duplo esforço de redefinição de perspectivas: por um lado considerar em sua totalidade as “condições históricas particulares” – econômicas e sociais – subjacentes aos processos de desenvolvimento, no plano nacional e no plano externo; por outro, compreender, nas situações estruturais dadas, os objetivos e interesses que dão sentido, orientam ou animam o conflito entre os grupos e classes e os movimentos sociais que “põe em marcha” as sociedades em desenvolvimento (CARDOSO; FALETTO, 1977, p.21).

---

<sup>5</sup> Ver, conforme pontuam Peres e Azevedo (2017, p.9): *Desenvolvimento econômico e nacionalismo*. Revista Brasiliense, n. 12, São Paulo, jul.-ago. 1957; e, *Educação e desenvolvimento econômico*. Revista Brasiliense, n. 17, São Paulo, mai.-jun. 1958.

<sup>6</sup> O Grupo de Brasília era formado por Theotônio dos Santos, Vânia Bambirra, Andre Günder Franck e Ruy Mauro Marini, intelectuais ligados até o golpe de 1964 a UnB. Posteriormente se reúnem no Chile elaborando o que ficou conhecido como a Teoria Marxista de Dependência.

Nessa perspectiva, os autores entendem que a estrutura social e política vai se modificando na medida em que diferentes classes e grupos sociais conseguem impor seus interesses, força e dominação ao conjunto da sociedade. Dessa maneira o desenvolvimento apresenta-se como “resultado da interação de grupos e classes sociais que têm um modo de relação que lhes é próprio e, portanto, interesses materiais e valores distintos, cuja oposição, conciliação ou superação dá vida ao sistema econômico” (CARDOSO; FALETTTO, 1977, p.22). Essa interação entre grupos e classes sociais, conforme sublinham Peres e Azevedo (2017, p.11), “pode resultar em um processo político-social que engendre possibilidades de mudanças na ordem econômica, isto é, capazes de transformar o processo de desenvolvimento”.

O marcante da abordagem dos sociólogos é explicitar que o problema do desenvolvimento deveria ser percorrido por uma interpretação que insistisse na natureza política dos processos econômicos. Os processos sociais estão vinculados a um ponto de intersecção teórico, onde o poder econômico se expressa como dominação social, ou seja, como política. Como descrevem Cardoso e Faletto (1977, p.23), “é através do processo político que uma classe ou grupo econômico tenta estabelecer um sistema de relações sociais que lhe permita impor ao conjunto da sociedade um modo de produção próprio”, ou pelo menos busca “estabelecer alianças ou subordinar os demais grupos ou classes com o fim de desenvolver uma forma econômica compatível com os seus interesses e objetivos”.

No que tange ao subdesenvolvimento, esse teria sido produzido historicamente pela expansão do capitalismo comercial e depois pelo capitalismo industrial que vinculou a um mesmo mercado economias que, além de apresentarem graus de diferenças em seus sistemas produtivos, passaram a ocupar posições distintas na composição global do sistema capitalista. Reconhecer a historicidade da situação de subdesenvolvimento, na visão de Cardoso e Faletto, exige mais do que assinalar as características estruturais das economias subdesenvolvidas. É necessário que se visualize as economias subdesenvolvidas de forma, historicamente, vinculadas ao mercado mundial e a maneira nas quais foram se constituindo os grupos sociais internos que moldaram as relações orientadas para o exterior, tal como o subdesenvolvimento supõe. Isso implica, nas palavras dos autores, “reconhecer que no plano político-social existe algum tipo de dependência nas situações de subdesenvolvimento e que essa



dependência teve início historicamente com a expansão das economias dos países capitalistas originários” (CARDOSO; FALETTO, 1977, p.26).

A ideia de que o subdesenvolvimento se relaciona à expansão e a estruturação do capitalismo mundial esteve presente também na obra de Celso Furtado e na matriz cepalina, conforme já foi pontuado. Tal abordagem foi ancorada nos conceitos de centro e periferia. Para Furtado, o pioneirismo inglês na Revolução Industrial “deu origem a um processo de irradiação da tecnologia moderna em escala mundial”. Ao longo do século que se sucedeu a esse processo, mesmo com o “núcleo de irradiação” tendo se ampliado substancialmente”, se consolidou uma estrutura econômica cuja característica principal “é a coexistência de um centro, que comanda o desenvolvimento tecnológico, e uma vasta e heterogênea periferia”. O tipo de relação entre esses pólos do capitalismo mundial tem por base o “fenômeno de concentração de renda em escala mundial” que, por sua vez, se sustenta “principalmente por meio da deterioração dos termos do intercâmbio dos países periféricos” (FURTADO, 1971, p.134-135)<sup>7</sup>.

Para Cardoso e Faletto (1977, p.26-27), apesar de os conceitos de “economias centrais” e “economias periféricas” parecerem “mais rico de significação social”, não era suficiente e correto utilizá-lo para substituir o esquema de economias desenvolvidas e economias subdesenvolvidas”. Esses são conceitos distintos tanto nas dimensões a que se referem, quanto sua significação teórica. Para os autores, a noção de dependência “alude diretamente às condições de existência e funcionamento do sistema econômico, mostrando a vinculação entre ambos, tanto no que se refere ao plano interno dos países como no externo”. Já a noção de subdesenvolvimento “caracteriza um estado ou grau de diferenciação do sistema produtivo [...] sem acentuar as pautas de controle das decisões de produção e consumo”. Por sua vez, as noções de centro e periferia “destacam as funções que cabem às economias subdesenvolvidas no mercado mundial sem levar em conta os fatores político-sociais implicados na dependência”.

Desta forma, Cardoso procura dar novos rumos teóricos as noções da CEPAL. Por um lado, utiliza-se do aparato teórico cepalino como base para a construção da teoria da dependência. Por outro lado, critica fortemente um dos seus pilares de sustentação: o

---

<sup>7</sup> A deterioração dos termos de intercâmbio ocorre na relação estabelecida no comércio exterior entre os preços de exportação-importação dos produtos industriais, produzidos no centro, e os preços de exportação-importação dos produtos primários, produzidos na periferia. Os estudos, sobretudo, de Raúl Prebisch, demonstravam que os preços industriais (comprados pelos países periféricos) aumentam mais rapidamente do que os preços dos produtos primários (vendidos pelos países periféricos).

dualismo. Esse elemento aparece de forma nítida no pensamento da CEPAL, sendo, para Furtado, uma característica marcante do subdesenvolvimento. Freitas (2011, p.194-195) indica que a “teoria da dependência foi uma tentativa de romper com essas contraposições (campo X cidade, centro X periferia, mercado interno X mercado externo, capital nacional X capital estrangeiro)”, na medida em que enfatizava o papel das classes sociais nas inter-relações sociais e econômicas. Em Cardoso, o centro e a periferia são constituídos por classes sociais que ora se associam, ora apresentam interesses contraditórios. Para a teoria da dependência, o desenvolvimento deixa de ser visto como uma questão puramente econômica, para ser influenciado fortemente por questões políticas.

A ideia de dependência é outro ponto fundamental nas obras de Celso Furtado e Fernando Henrique Cardoso. No entanto, Cardoso parte de uma nova maneira de visualizar a divisão internacional do trabalho, buscando, assim, compreender a reprodução do sistema capitalista de produção na periferia. A partir dessa consideração pode-se visualizar que, diferentemente de Furtado onde a dependência é tratada como uma temática que permeia a sua obra como um todo, a dependência se torna um conceito chave produtor de uma teoria específica em Cardoso. Assim sendo, a seção seguinte busca explicar as principais ideias de Furtado e Cardoso à cerca da dependência e sua relação com o desenvolvimento econômico.

### **3. A questão da dependência e os obstáculos ao desenvolvimento**

A situação de dependência dos países subdesenvolvidos permeia, praticamente, todas as obras e análises de Celso Furtado, apresentando-se como um fator intrínseco ao próprio processo da relação entre os países periféricos e os países centrais. Entretanto, a partir de meados dos anos de 1960 a temática ganha maior relevância em seus estudos. Conforme lembram Peres e Azevedo (2017), em Furtado a dependência das economias periféricas possui raízes profundas e tem a América Latina como centro de análises. Partindo desta premissa, a dependência remonta ao início das relações econômicas da região com os países centrais, tendo se tornado mais relevante com a Revolução Industrial e a Nova Divisão Internacional do Trabalho.

Nas obras *Teoria e Política do Desenvolvimento Econômico* (1971), já mencionada, e *O Mito do Desenvolvimento Econômico* (1974), Furtado explica que com

a divisão internacional do trabalho alguns países que lideraram o processo de industrialização especializaram-se em atividades e métodos mais produtivos e eficientes que penetravam e difundiam-se rapidamente. Enquanto que outros países se especializavam em atividades onde o progresso técnico fazia-se insignificante. Essa dinâmica valia-se da “lei das vantagens comparativas”<sup>8</sup>. Tais relações assimétricas entre países “cênicos” e periféricos escondiam a condição de que os países periféricos, ao especializarem-se nessas atividades, foram transformados em importadores de novos bens de consumo, resultante do processo de acumulação e do progresso técnico nos países “cênicos” (PERES; AZEVEDO, 2017). Nessa perspectiva, completa Furtado (1971, p.229), “o controle do processo tecnológico e a possibilidade de impôr padrões de consumo, da parte de um ou alguns subsistemas, passa a condicionar a estruturação do aparelho produtivo dos demais subsistemas, os quais se tornam *dependentes*”.

Tais argumentos, deixam evidente o caráter estrutural da situação de dependência:

Os três tipos de transformações das economias “periféricas” (vantagens comparativas, substituição de importações e condicionamento das formas de comportamento dos grupos de altas rendas) têm de comum que constituem processos adaptativos em face da evolução estrutural dos centros dominantes. Trata-se, portanto, de uma evolução do próprio processo de dependência (FURTADO, 1971, p.232).

Furtado (1971) complementa que a situação de dependência ainda tende a se aprofundar, pois, esse tipo de desenvolvimento envolve a adoção de um novo padrão de consumo ou sua difusão. E esses novos padrões trazem consigo um vínculo de tipo internacional (importação de *inputs*, pagamento de *royalties*, patentes, etc) o que faz com que o referido desenvolvimento se torne uma transformação estrutural do sistema global, estreitando assim as relações de dependência.

A natureza do subdesenvolvimento alimenta e reproduz essa dinâmica no tempo. Furtado (1974) explica que a origem histórica do processo de produção (realocação de recursos que dá origem a um excedente adicional e as formas de apropriação deste excedente) e do processo de circulação (utilização do excedente ligados à obtenção de

---

<sup>8</sup> A “lei das vantagens comparativas” tão bem ilustradas por Ricardo com o caso do comércio Angolusitano, como frisa Furtado (1974), proporcionava justificção sólida da especialização internacional, porém deixava no vácuo tanto a extrema disparidade da difusão do progresso técnico como o fato de o novo excedente econômico criado na periferia não se conectar com o processo de formação do capital.

novos padrões de consumo copiados de países com nível de acumulação mais alto) engendra a dependência cultural que está no âmago do processo de reprodução das estruturas sociais que a correspondem. Ou seja, o subdesenvolvimento possui suas raízes na conexão precisa entre o processo interno de exploração e o processo externo de dependência. Por seu turno, quanto mais se elevar a taxa de crescimento, mais tende a agravar a dependência externa, bem como a exploração interna. Portanto, taxas altas de crescimento estariam longe de reduzir o subdesenvolvimento. Ao contrário, tenderiam a agravá-lo no sentido de que tendem a aprofundar as desigualdades sociais.

O aumento da renda pode ocorrer sem que haja desenvolvimento econômico, assegura Furtado (1971, 1974). Tal aumento pode acontecer em comunidades ou países sem que ocorra acumulação de capital e introdução de processos produtivos mais eficientes e abrangentes. Aos incrementos da renda que resultam em novos padrões de consumo em setores isolados da economia, sem que transcorra o desenvolvimento econômico, Furtado denomina de *processo de modernização* e não *processo de desenvolvimento*.

A abordagem de Fernando Henrique Cardoso sobre a dependência, conforme já assinalado, tomou corpo e forma de uma teoria densamente elaborada. O próprio título da obra *Dependência e Desenvolvimento na América Latina* (1977) desenvolvida em parceria com o Enzo Faletto, já remete e situa a relevância do tema. A temática se situa em um contexto onde os autores propunham um balanço das experiências fracassadas de substituição de importações e do projeto nacional-desenvolvimentista na América Latina. Tal análise mostra que a produção capitalista assumiria nos países da região os aspectos e as particularidades específicas das formações sociais cujo traço peculiar é a dependência.

Conforme destaca, Leme (2015, p.644), o conceito de dependência defendido por Cardoso e Faletto, “demonstra maior força e vitalidade como instrumento teórico, principalmente por conter na análise tanto os aspectos econômicos do subdesenvolvimento, quanto políticos, sejam eles de dominação de um país pelo outro ou de umas classes sobre as outras, numa situação concreta de dependência”. Nesse caso, nega-se a ideia de que as sociedades subdesenvolvidas eram inteiramente determinadas por fatores externos - tanto os elementos estruturais quanto as ações dos grupos sociais dos países subdesenvolvidos não seriam mais do que desvios em relação

aos países centrais – formulando-se uma análise que englobe no tipo de integração social das classes e grupos, os principais condicionantes do processo de desenvolvimento.

Na argumentação de Cardoso e Faletto (1977, p.26) a dependência na situação de subdesenvolvimento implica uma forma de dominação que se manifesta por uma série de características no modo de atuação e na orientação dos grupos que aparecem no sistema econômico ora como produtores, ora como consumidores. Tal situação “supõe nos casos extremos que as decisões que afetam a produção e o consumo de uma economia dada são tomadas em função da dinâmica e dos interesses das economias desenvolvidas”. A ideia é que a dependência assume, como na análise de Furtado, um caráter estrutural na relação entre os países centrais e periféricos. O que difere são as características que essa dependência assume na periferia do sistema. Para Cardoso e Faletto (1977), analisar a situação de dependência requer ir além da associação entre os fatores internos e externos, é preciso que haja a conexão destes com a estrutura social interna, compreendida por classes dominantes e classes dominadas.

Na obra *As ideias e o seu lugar* (1980), Cardoso utiliza um capítulo para reforçar sua tese sobre a teoria da dependência. O arcabouço metodológico destaca para o fato da ideia de dependência vincular-se ao campo teórico da abordagem marxista. Nas palavras do autor, “não se pode pensar na dependência sem os conceitos de mais-valia, expropriação, acumulação, etc”. E, na medida que se contempla a concepção dialética e materialista da dependência é preciso tratá-la como “uma unidade dialética dos determinantes gerais do modo de produção capitalista e das determinações específicas de cada uma das sociedades dependentes, e, portanto, como síntese dos *fatores externos* e dos *fatores internos*”. Tal preocupação metodológica se dá no sentido de demonstrar a articulação entre os países dependentes (classes, estados e economia) e os países imperialistas. Cardoso ressalta que este é o “campo de uma possível teoria da dependência”, apresentando-se não como “uma alternativa para a teoria do imperialismo, mas um complemento” (CARDOSO, 1980, p.72-73).

Em razão de tal interpretação metodológica é que Cardoso irá defender a ideia de que é possível os países periféricos se desenvolverem com certo nível de dependência. Para o autor, se o desenvolvimento capitalista for pensado a partir da redistribuição de renda, da homogeneidade regional, da harmonia e do equilíbrio entre os vários ramos

produtivos, “a ideia de que está ocorrendo um processo real de desenvolvimento econômico na periferia dependente (ou melhor, nos países da periferia que se industrializaram, pois não é possível generalizar o fenômeno) parece absurda”. Porém, se o desenvolvimento capitalista for pensando a partir do entendimento marxista, se pode perceber que tal desenvolvimento é contraditório, espoliativo e gerador de desigualdades, e que há uma simultaneidade entre um processo de dependência e de desenvolvimento capitalista. Dessa forma, o desenvolvimento na periferia ocorre quando a “composição das forças produtivas, a alocação dos fatores de produção, a distribuição da mão de obra, as relações de classe, estão se modificando no sentido de responder mais adequadamente a uma estrutura de produção”. (CARDOSO, 1980, p.76-77).

Esse seria o formato do “desenvolvimento dependente e associado” que, diferente do que se concebe a partir das visões do “desenvolvimento do subdesenvolvimento”, não se impõe com o predomínio crescente de uma oligarquia agrário-imperialista “que se expande ao lado de uma ‘lupen-burguesia’”. Tal processo beneficia atores distintos como as empresas estatais, as corporações multinacionais e as empresas locais associadas a ambos, ou seja, os agentes sociais que compõe o que Cardoso (1980, p.77) chamou de o “tripé do desenvolvimento dependente-associado”. Assim sendo, resta acrescentar que desenvolvimento e dependência são processos contraditórios e correlatos, que se reproduzem, modificam-se e se ampliam de maneira incessante, sempre que inexistam processos políticos que lhes deem fim.

### **Considerações finais**

A breve síntese realizada sobre as contribuições de Celso Furtado e Fernando Henrique Cardoso a respeito da interpretação e do debate sobre os entraves ao desenvolvimento econômico dos países subdesenvolvidos, especificamente, os latino-americanos, evidenciou a relevância e a complexidade da situação de dependência desses países em relação aos países centrais. De maneiras e métodos contrastantes, os autores nos situam das peculiaridades que, a história econômica e social na qual se inserem os países periféricos, determinam os contornos do processo de desenvolvimento e de seus desdobramentos.

Para os autores, as raízes do subdesenvolvimento e seu caráter dependente remonta-se ao processo histórico da inserção desses países no âmbito do capitalismo. Furtado mostra que o subdesenvolvimento é algo peculiar no processo de formação de algumas nações, não devendo ser considerado como uma etapa necessária para atingir um estágio mais elevado ou até mesmo o desenvolvimento. O subdesenvolvimento é um movimento autônomo, subproduto do desenvolvimento, situando-se na existência de uma deformação estrutural caracterizada pelo dualismo *atrasado-moderno*. Cardoso, por sua vez, formula uma análise que encontra os condicionantes do processo de desenvolvimento, o tipo de integração estabelecido entre os diversos grupos e classes sociais (via influência marxista), tanto internos quanto externos, de forma que o desenvolvimento pode ser interpretado como resultante das relações e processos sociais e políticos.

O pensamento de Cardoso contrapunha a visão da CEPAL e de Furtado que defendem a categoria dualista centro *versus* periferia para explicar a problemática do subdesenvolvimento e a dependência dos países periféricos. Do mesmo modo, o sociólogo contesta as ideias que se opõem a teoria do imperialismo. Para ele o imperialismo não impede o desenvolvimento nas nações periféricas, pois um país dependente poderá se desenvolver, tanto como uma economia nacional-exportadora, quanto como uma economia industrial-associada. A exploração e a dominação não excluem o desenvolvimento. Isso se justifica pelo fato do conceito de desenvolvimento, na visão de Cardoso, estar relacionado a ideia marxista de capitalismo progressista que se caracteriza por seu viés concentrador, espoliativo, excludente e desigual. Já para Furtado, o desenvolvimento não se realiza sem que se supere a situação de subdesenvolvimento – esse proveniente do grau de dependência. Tal prerrogativa, transição do subdesenvolvimento para o desenvolvimento, torna-se bastante difícil no quadro da dependência. Furtado percebeu isso com o avanço da industrialização na periferia que, segundo ele, fez crescer o controle por grupos estrangeiros no aparato produtivo. Assim, enquanto que para Cardoso o capitalismo-associado poderia representar uma função progressista dentro dos marcos do próprio capitalismo, para Furtado tal função não era possível, uma vez que a internacionalização das frágeis economias periféricas agravava sob novas condições as velhas e arcaicas estruturas do subdesenvolvimento.

Por fim, cabe destacar ainda que, apesar de o debate teórico aqui exposto se situar datado entre as décadas de 1960 e 1970, sua validade e seus argumentos serviram para definir a posição futura dos próprios autores em relação ao fenômeno da globalização econômica. Fernando Henrique Cardoso, enquanto presidente, tornou-se um entusiasta do processo de interdependência global, abandonando inclusive os seus antigos preceitos retirados da teoria marxista. Celso Furtado (1998), por sua vez, ativo intelectualmente até quase o final de sua vida (o autor faleceu em 2004), tornou-se um grande crítico de tal processo e das políticas adotadas pelo governo Cardoso que, no seu entendimento, levavam ao “aumento da dependência”.

### **Referências bibliográficas:**

ALMEIDA, José Elesbão de Almeida. Subdesenvolvimento e Dependência: uma análise comparada de Celso Furtado e Fernando Henrique Cardoso. **Tese de Doutorado**. Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, Brasil: 2009.

AGARWALA, A.N.; SINGH, S.P. (Org.). **Economia do subdesenvolvimento**. Rio de Janeiro: Contraponto / Centro Internacional Celso Furtado, 2010.

CARDOSO, Fernando Henrique. **As ideias e o seu lugar**: Ensaio sobre as teorias do desenvolvimento. Rio de Janeiro: Editora Vozes, 1980.

CARDOSO, Fernando Henrique; FALETTO, Enzo. **Dependência e Desenvolvimento na América Latina**: Ensaio de Interpretação Sociológica. 4ª edição. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1977.

FONSECA, Pedro Cezar Dutra. As origens e as vertentes formadoras do pensamento cepalino. **Revista Brasileira de Economia**, v.54, n.3. Rio de Janeiro: julho-setembro, 2000.

FREITAS, Giovana Souza. A temática do desenvolvimento sob a ótica de dois grandes pensadores: Celso Furtado e Fernando Henrique Cardoso. **Publicatio UEPG**, v. 19 n. 2. Ponta Grossa - PR: 2011. Disponível em: <https://www.revistas2.uepg.br/index.php/sociais/article/view/3204/3122>

FURTADO, Celso. **O capitalismo global**. 7ª edição. São Paulo: Paz e Terra, 1998.



\_\_\_\_\_. **Formação econômica do Brasil.** 27ª edição. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1998.

\_\_\_\_\_. **O mito do desenvolvimento econômico.** 4ª edição. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1974.

\_\_\_\_\_. **Teoria e política do desenvolvimento econômico.** 4ª edição. São Paulo: Cia Editora Nacional, 1971.

\_\_\_\_\_. **Desenvolvimento e subdesenvolvimento.** 3ª edição. Rio de Janeiro: Fundo de Cultura, 1965.

LEME, Alessandro André. Desenvolvimento e dependência na interpretação sociológica de Fernando Henrique Cardoso. **Análise Social**, 2015, L (3º). Lisboa- Portugal: Universiade Lisboa, 2015. Disponível em: [http://analisesocial.ics.ul.pt/documentos/AS\\_216\\_a07.pdf](http://analisesocial.ics.ul.pt/documentos/AS_216_a07.pdf)

PERES, Samuel Costa; AZEVEDO, Laís Fernanda de. Desenvolvimento e Dependência: Revisitando as interpretações de Celso Furtado e Fernando Henrique Cardoso. In: **XXX Congresso ALAS.** Montevideo, Uruguai: 2017. Disponível em: [http://alas2017.easyplanners.info/opc/tl/8050\\_samuel\\_costa\\_peres.pdf](http://alas2017.easyplanners.info/opc/tl/8050_samuel_costa_peres.pdf)

VALDÉS-DEVÉS, Eduardo. **El pensamiento latino-americano en el siglo XX.** Entre la modernización y la identidad. Tomo I: Del Ariel de Rodó a la CEPAL (1900-1950). Buenos Aires: Centro de Investigaciones Diego Barros Arana, 2000.